

---

# *Notas sobre os historiadores e suas fontes*

*Notes on historians and their sources*

***Tânia Regina de Luca\****

---

**Resumo:** O texto objetiva discutir as diferentes acepções atribuídas às noções de documentos e fontes históricas, a partir do século XIX, quando a história constituiu-se como disciplina. Trata-se de evidenciar a centralidade dessa questão para as diferentes concepções sobre a produção do conhecimento nessa área de conhecimento.

**Palavras-chave:** Documentos; fontes; escrita da história.

**Abstract:** The aim of this text is to discuss the different meanings attributed to notions of historical sources and documents from the nineteenth century, when history was constituted as a discipline. It is important to point out the centrality of this issue to the different conceptions about the production of knowledge in this field.

**Keywords:** documents; sources; writing of history.

---

Abordar a questão das fontes históricas<sup>1</sup> é tocar no cerne da identidade da disciplina, que se constitui como tal no decorrer do século XIX. De fato, se a escritura de textos sobre as atividades humanas no tempo remonta à Antiguidade, foi apenas no Novecentos que o saber histórico institucionalizou-se, aspecto que não pode ser dissociado do fortalecimento dos Estados nacionais, que precisavam forjar, em cada cidadão, o sentimento de identificação para com a pátria.<sup>2</sup> Nesse processo, o recurso a um passado comum, a ser compartilhado e reverenciado por todos e cuja aprendizagem deveria ser feita nos bancos escolares, constituiu-se num aliado essencial, capaz de “inventar tradições” e estabelecer elos poderosos.<sup>3</sup>

A disciplina História que, na França, por exemplo, já se fazia presente no Ensino Médio no início do séc. XIX, nasceu comprometida com esse

---

\* Unesp/Pesquisadora do CNPq. *E-mail:* trdeluca@uol.com.br

projeto político e articulada com outras iniciativas no campo do patrimônio<sup>4</sup> – o cuidado com os bens legados pelo passado, a preocupação com a preservação, a fundação de museus, a organização e o trato dos arquivos – terreno essencial de intervenção do Estado, que assumiu a responsabilidade de inventariar, conservar e difundir o passado da nação, num amplo investimento que demandava não apenas mão de obra especializada (restauradores, conservadores, inspetores, arquivistas, bibliotecários), mas um exército de funcionários que se ocupava de edifícios, palácios, monumentos, museus, arquivos, bibliotecas, enfim, de um legado cultural tido, ao mesmo tempo, como expressão da alma nacional, matéria-prima da identidade coletiva e testemunho dos feitos de outrora, que cumpria assegurar às gerações futuras. Não se pode perder de vista que tal investimento – material e simbólico – visava a dar concretude à nação, em relação à qual se exigia lealdade e adesão emocional dos habitantes, para o que contribuíam não apenas a história, mas também a geografia, a literatura e a língua nacionais.

Vale destacar que o processo de alfabetização em massa exigiu em contrapartida a formação de largos contingentes de professores e colaborou para configurar novas especialidades profissionais, isso num momento em que predominava uma concepção de ciência ancorada na noção de fato, observação, experimentação, proveniente, sobretudo, da biologia e da física newtoniana. Tratava-se, ainda, de um universo coerente, logicamente explicável e dotado de verossimilhança com o cotidiano, muito diverso daquele que emergiria no início do século XX. Os avanços tecnológicos, por seu turno, podiam ser percebidos pelos cidadãos comuns,<sup>5</sup> ainda que a distribuição dos benefícios estivesse longe de se espriar para muito além da triunfante burguesia. Não admira, portanto, que predominasse o intuito de aplicar às experiências humanas métodos semelhantes àqueles destinados ao mundo natural.

É importante ter presente que os teóricos da história tiveram que responder a um duplo apelo: preparar a mão de obra que deveria ensinar a disciplina nas escolas, com o fito de formar cidadãos obedientes e identificados emocionalmente com a pátria e, ao mesmo tempo, atender às exigências da institucionalização desse saber, o que requeria a formação de quadros especializados e treinados. Compreende-se, portanto, a urgência assumida pelo delinear de regras, práticas e métodos tidos como capazes de fornecer resultados seguros, ancorados no levantamento exaustivo de documentos, submetidos à cerrada crítica, interna e externa, e apresentados

numa narrativa que se pretendia objetiva e científica. Tudo isso num ambiente saturado de apelos à cientificidade, inclusive em face do estudo dos fenômenos sociais, como bem atestam os exemplos de Comte e Durkheim.

Não é difícil encontrar exemplos na historiografia do século XIX que atestem a preocupação de aproximar as práticas da nascente disciplina daquelas das ciências dominantes. Assim, Hippolyte Taine (1828-1893) prescrevia um caminho próximo da experimentação – “Permitir-se-á a um historiador agir como naturalista: eu estava frente a meu assunto como frente à metamorfose de um inseto” –; enquanto Fustel de Coulanges (1830-1889), por sua vez, insistia que “o melhor historiador é o que mais se atém aos textos”, ademais de advertir que “a história não é uma arte, é uma ciência pura, como a Física ou a Geologia [...]. Ela visa unicamente encontrar fatos, descobrir verdades”.<sup>6</sup>

Ainda que sempre seja possível encontrar exemplos dissonantes, não é demais afirmar que na constituição e institucionalização da disciplina História preponderou uma tradição que tinha como horizonte desejável as práticas e as conquistas das ciências da natureza. Recorrendo mais uma vez ao exemplo francês, que atuou (e em alguma medida ainda atua) como espécie de paradigma para os historiadores brasileiros, merece destaque os procedimentos da escola metódica, que levou adiante a sistematização das regras que deveriam presidir o trabalho do historiador profissional da segunda metade do século XIX.

Registre-se, inicialmente, o esforço no sentido de desbastar a história da intervenção de forças sobrenaturais, opiniões filosóficas, aportes da imaginação e recursos retóricos, tudo em prol da objetividade, supostamente garantida pelo cuidadoso arrolamento das fontes, submetidas à análise e à crítica rigorosas. Tais princípios podem ser rastreados na *Revista Histórica* (1876), inicialmente dirigida por Gabriel Monod e Gustave Fagniez, em cujo manifesto-programa lia-se:

Sem ser uma recolha de pura erudição, a nossa revista só admitirá trabalhos originais, e em primeira mão, que enriqueçam a ciência, quer pelas investigações que serão a sua base, quer pelos resultados que serão a sua conclusão, mas, ao mesmo tempo que se exigem dos nossos colaboradores processos de exposição estritamente científicos, em que cada afirmação é acompanhada de provas, de envio às fontes e de citações, ao mesmo tempo que exclui as generalidades vagas e os desenvolvimentos oratórios, conservaremos na *Revista Histórica* um caráter literário.<sup>7</sup>

História-ciência, que não abdica da qualidade da escrita – mas rejeita o velho historiador-literato, aos moldes de Jules Michelet, que “*hacia depender su relato del genio personal, del estilo, de la capacidad evocadora, del dramatismo de las escenas narradas, buscando provocar um determinado efecto en el lector [...], un creador del lenguaje*” – e que insistia em precisar procedimentos de investigação do historiador cientista,

que habrá de evitar expresamente las generalidades vagas y los desarrollos oratorios, se empeñará en una investigación que cualquier outro profesional podría realizar ateniéndose a las mismas reglas, [...] que se atiene al universo discursivo en el que se inserta, un universo ya creado y a cuyas reglas obedece.<sup>8</sup>

Investia-se contra a história-arte e, nesse movimento, era uma certa concepção de narrativa que estava sendo excluída do campo do novo historiador-profissional, que ansiava por afirmar a autonomia do seu saber.

Assim, surgiram manuais que apresentavam as regras que deveriam orientar a prática historiográfica, cujo exemplo mais emblemático, na França, foi o destinados aos estudantes do Ensino Superior, *Introdução aos estudos históricos* (1898), escrito pelos professores da Sorbonne: Charles-Victor Langlois (1854-1942) e Charles Seignobos (1863-1929). Na Alemanha, por sua vez, já se contava com a vigorosa obra de Leopold von Ranke (1795-1886), representante mais ilustre da chamada escola prussiana, fundador do moderno método de ensino universitário e que não hesitava em afirmar a dependência da ciência histórica em relação aos testemunhos diretos e às fontes as mais autênticas.

Em que pesem as ponderações recentes sobre a apreensão extremamente simplista e empobrecedora não apenas do citado manual, mas também das demais obras de Langlois, Seignobos e Ernest Lavisse (1842-1922), para ficar nos autores mais proeminentes e, portanto, destinatários dos ataques mais virulentos,<sup>9</sup> é incontestável que a escola metódica se pautasse pela precisão vocabular, predileção pelo político, apego aos documentos, crença na possibilidade de um conhecimento objetivo, do qual o sujeito guardaria distância e autonomia em relação ao que pretendia compreender, aspectos que se aliavam ao paradoxal perfilar dessa história, autoproclamada neutra e objetiva, ao lado dos ideais, dos valores e das tarefas do regime republicano.<sup>10</sup> Especificamente em relação às fontes, Langlois e Seignobos expressam, no seu manual, a ingênua profecia segundo a qual a tarefa do historiador estaria

encerrada quando “todos os documentos tenham sido descobertos, depurados e colocados em ordem” e não alertavam que

a história dispõe de um estoque limitado de documentos [...]. A quantidade de documentos que existem, senão de documentos conhecidos, está dada; o tempo a despeito de todas as precauções que são tomadas atualmente diminui, sem cessar, tal quantidade – que nunca aumentará... Os progressos da ciência histórica estão, por isso mesmo, limitados.<sup>11</sup>

Tais observações soam particularmente estranhas aos praticantes contemporâneos do ofício, familiarizados com as renovações trazidas pela chamada Escola dos *Annales*, em suas diferentes gerações. O estandarte empunhado pelos primeiros renovadores, Lucien Febvre e Marc Bloch, tinha por ideal uma história aberta a questionamentos e problematizações – o que deve ser entendido como abandono do político, da cronologia, dos fatos e dados, tomados em si mesmos, da glorificação dos grandes homens e seus feitos, da noção estreita de documento e do tempo curto do evento. Tratava-se, agora, de abordar os fenômenos coletivos, as multidões e o povo, personagem que roubava a cena antes reservada às personalidades ilustres; de explorar a complexidade temporal, com seus diferentes ritmos e durações, breves ou longas; de abandonar a superfície dos acontecimentos em favor de estruturas profundas; de perscrutar o imaginário e as mentalidades; de manipular grandes séries documentais, construir curvas e gráficos; de apropriar-se dos múltiplos vestígios do passado em busca de uma história econômica e social, com vocação totalizante.

No famoso *Combates pela história*, Febvre investiu contra a fixação dos metódicos pelos documentos escritos e propôs uma ampliação conceitual que não conheceria recuos:

A história faz-se com documentos escritos, sem dúvida [...], mas pode fazer-se, deve fazer-se sem documentos escritos se estes não existirem. Com tudo o que a engenhosidade do historiador pode lhe permitir usar para fabricar seu mel [...]. Paisagens, telhas. Formas de campos e de ervas daninhas. Eclipses lunares e cabrestos [...]. Toda uma parte e sem dúvida a mais apaixonante de nosso trabalho de historiador não consiste num esforço constante para fazer falar as coisas mudas e fazê-las dizer o que não dizem por si sós sobre os homens?<sup>12</sup>

Tratava-se de substituir a história-narrativa, agora entendida como sinônimo de história *événementielle* e tipificada pelas práticas dos historiadores metódicos. A partir de perspectivas muito diversas daquelas vigentes no fim do século XIX e se esforçando para delas se diferenciar, os *Annales* reafirmavam a confiança numa história capaz de manipular instrumentos próprios, alargar o campo de pesquisa e elaborar um saber seguro e controlado por modelos de inteligibilidade. *Ciência em construção*, máxima tantas vezes repetida e que indicava a confiança nos procedimentos de uma disciplina solidamente instalada na estrutura universitária e na Educação Básica.

Desde então, o percurso da historiografia evidencia que as renovações nos âmbitos temático e metodológico fizeram-se acompanhar pela *descoberta* de novas fontes ou, na bela imagem de Febvre, que os historiadores têm se mostrado capazes de “fabricar seu mel”. Novas preocupações, a exemplo dos estudos sobre as camadas populares e os excluídos (a chamada história vista de baixo), das discussões sobre gênero (e não mais sobre sexo, com sua conotação biológica), das mudanças na escala de observação com a micro-história, das problemáticas colocadas pela abordagem centrada no conceito de cultura, do renovado interesse pela biografia e registros dos indivíduos comuns, das escritas de si, da história oral e das possibilidades abertas pelas imagens, fixas ou em movimento, enfim a cada mudança mobilizou-se um conjunto de vestígios do passado que antes não integravam o horizonte dos historiadores.

Assim, não parece demais afirmar que sentidos, conteúdos, forma de abordagem e mesmo entendimento do que sejam documentos históricos atravessam o campo disciplinar e se constituem na pedra de toque das várias correntes epistemológicas que tentaram (e seguem tentando) dar conta da produção de conhecimento nesta área.

## Notas

---

<sup>1</sup> Cabe esclarecer que se denominam *documentos históricos* os vestígios do passado, longínquo ou muito próximo, independentemente do seu suporte e/ou natureza. Já os termos *fontes históricas* são reservados ao conjunto de documentos mobilizados pelo historiador no decorrer de uma pesquisa. É por esse motivo que há *centros de documentação* e não *centros de fontes*.

<sup>2</sup> Sobre a questão da construção da nação, o nacionalismo e seus usos políticos, consultar: ANDERSON, Benedict. *Nação e consciência nacional*. São Paulo: Ática, 1989; FEBVRE, Lucien. *Honra e Pátria*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1998; GELLNER, Ernest. *Nações e nacionalismo*. Lisboa: Gradiva, 1993 e HOBBSAWM, Eric J. *Nações e nacionalismo desde 1780*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1990.

<sup>3</sup> Ver, sobretudo, HOBBSAWM, Eric J.; RANGER, Terence. *A invenção das tradições*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1984. A novidade e o significado do nacionalismo foram magistralmente expressos pelo conselho que uma camponesa italiana deu ao filho, e que se constitui numa das epígrafes do capítulo sobre o tema da obra de HOBBSAWM, Eric J. *A era dos impérios* (1875-1914). Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988. p. 203: “*Schappa, che arriva la pátria.*”

<sup>4</sup> TÉTART, Philippe. *Pequena história dos historiadores*. Bauru: Edusc, 2000. p. 98, assinala que em 1880, a disciplina História já fazia parte do currículo escolar em todos os níveis, desde o Ensino Fundamental até o último ano do Médio, ademais de lembrar que data da segunda metade do séc. XIX a fundação das seguintes instituições: *École Pratique de Hautes Études* (1868), *École Libre de Sciences Politiques* (1872) e *École du Louvre* (1881). Para uma

abordagem sistemática da questão do patrimônio e dos monumentos históricos, consultar: CHOAY, Françoise. *A alegoria do patrimônio*. São Paulo: Edusp, 2001, especialmente Capítulo 4.

<sup>5</sup> Sobre as inovações técnicas do período e seu impacto no cotidiano, consultar: BARRACLOUGH, Geoffrey. *Introdução à história contemporânea*. São Paulo: Círculo do Livro, s/d, especialmente o Capítulo 2, e WEBER, Eugen. *França: fin-de-siècle*. São Paulo: Companhia das Letras, 1988.

<sup>6</sup> Os textos citados foram extraídos de TÉTART, op. cit., p. 93-95.

<sup>7</sup> Apud BOURDÉ, Guy; MARTIN, Hervé. *As escolas históricas*. Lisboa: Publicações Europa-América, s/d. p. 99. A respeito da produção da chamada escola metódica, consultar: DOSSE, François. *A história em migalhas: dos Annales à Nova História*. São Paulo: Ensaio; Campinas: Ed. da Unicamp, 1992, especialmente, p. 21 a 42.

<sup>8</sup> PONS, Analet; SERNA, Justo. Apologia de la historia metódica. *Pasajes – Revista de Pensamiento Contemporâneo*, Universidad de València, n. 16, 2005. Disponível em: <[www.uv.es/jserna/PasajesLanglois.htm](http://www.uv.es/jserna/PasajesLanglois.htm)>. Acesso em: 15 jul. 2011.

<sup>9</sup> A respeito das aludidas simplificações – que devem ser compreendidas no âmbito do combate empreendido pelo poder de ditar as regras no campo historiográfico, vencido pelos membros da chamada Escola dos *Annales*, que acabaram por compor uma caricatura depreciativa dos antecessores, não raro reproduzida de forma acrítica, sugere-se consultar, ademais do artigo citado na nota anterior, REBÉRIOUX, Madeleine. Preface. In: LANGOIS, Charles-Victor; SEIGNOBOS, Victor. *Introduction aux études historiques*. Paris:

Kimé, 1992. p. 7-16; NORA, Pierre. Lavisse, instituteur national. In: NORA, Pierre (Dir.). *Les lieux de mémoire: la République*. Paris: Gallimard, 1984. p. 247-289.

<sup>10</sup> No prefácio da edição definitiva do *Petit Lavisse* (1884), datada de 1912, o autor da obra, destinada ao ensino de história nas escolas elementares, alertava: “Se o aluno não carregar consigo a lembrança viva de nossas glórias nacionais, se não souber que seus ancestrais combateram em mil campos de batalha por causas nobres; se não aprender que custou sangue e esforços fazer a unidade de nossa pátria e em seguida resgatar do caos de nossas instituições envelhecidas, as leis que nos fizeram livres; se ele não se tornar o cidadão compenetrado de seus deveres e o soldado que ama seu fuzil, o professor primário terá perdido seu tempo.” Apud DOSSE, François, op. cit., p. 41. Vale lembrar que em 1895 a obra encontrava-se na 75ª edição.

<sup>11</sup>Apud SALIBA, Elias Thomé. Pequena história do documento. As aventuras modernas e as desventuras pós-modernas. In: PINSKY, Carla; LUCA, Tania Regina de (Org.). *O historiador e suas fontes*. São Paulo: Contexto, 2009. p. 312.

<sup>12</sup> Apud TÉTART, Philippe, op. cit., p. 111-112. Na mesma obra, Lucien Febvre investiu contra o manual de Langlois e Seignobos: “*Por encima del libro lo que yo ataco no es a un historiador, sino a una cierta concepción de la historia; una concepción que durante años, a través de sus fuciones, su influencia personal y sus escritos, el señor Seignobos ha defendido con potentes médios; una concepción que yo rechazo con todo mi ser y ala que considero responsable en parte de esa espécie de descrédito, inhusto y justificado a la vez, en que há caído con mucha frecuencia la historia a los ojos de los laicos.*” Apud PONS, Anaclét; SERNA, Justo, op. cit.

## Referências

---

- ANDERSON, Benedict. *Nação e consciência nacional*. São Paulo: Ática, 1989.
- BARRACLOUGH, Geoffrey. *Introdução à história contemporânea*. São Paulo: Círculo do Livro, s/d.
- BOURDÉ, Guy; MARTIN, Hervé. *As escolas históricas*. Lisboa: Publicações Europa-América, s/d.
- CHOAY, Françoise. *A alegoria do patrimônio*. São Paulo: Edunesp, 2001.
- DOSSE, François. *A história em migalhas: dos Annales à Nova História*. São Paulo: Ensaio; Campinas: Ed. da Unicamp, 1992.
- FEBVRE, Lucien. *Honra e Pátria*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1998.
- GELLNER, Ernest. *Nações e nacionalismo*. Lisboa: Gradiva, 1993.
- HOBSBAWM, Eric J.; RANGER, Terence. *A invenção das tradições*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1984.
- HOBSBAWM, Eric J. *Nações e nacionalismo desde 1780*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1990.
- HOBSBAWM, Eric J. *A era dos impérios (1875-1914)*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.
- PINSKY, Carla; LUCA, Tania Regina de (Org.). *O historiador e suas fontes*. São Paulo: Contexto, 2009.
- NORA, Pierre. Lavisse, instituteur national. In: NORA, Pierre (Dir.). *Les lieux de mémoire: la République*. Paris: Gallimard, 1984. p. 247-289.
- PONS, Analet; SERNA, Justo. Apologia de la historia metódica. *Pasajes – Revista de Pensamiento Contemporáneo*, Universidad de València, n. 16, 2005. Disponível em: <[www.uv.es/jsernal/PasajesLanglois.htm](http://www.uv.es/jsernal/PasajesLanglois.htm)>. Acesso em: 15 jul. 2011.
- REBÉRIOUX, Madeleine. Préface. In: LANGOIS, Charles-Victor; SEIGNOBOS, Victor. *Introduction aux études historiques*. Paris: Kimé, 1992. p. 7-16.
- TÉTART, Philippe. *Pequena história dos historiadores*. Bauru: Edusc, 2000.
- WEBER, Eugen. *França: fin-de-siècle*. São Paulo: Companhia das Letras, 1988.

